

# Fraternidade e democracia: de Paulo Freire ao Papa Francisco

Nilo Agostini<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este texto descreve a convergência entre fraternidade e democracia, baseada nos aportes de Paulo Freire e do Papa Francisco. Busca traçar os percursos que consolidem uma “democratização fundamental” (Freire) e uma “fraternidade aberta” (Francisco). Tendo presente a liberdade e a igualdade como fundamentos da vida democrática, vemos Freire apontar para um caminho ético e ato de amor em prol da humanização de todos, e Francisco propor ir além das fronteiras, numa amizade social que jamais esqueça dos pobres da sociedade.

**Palavras-chave:** Fraternidade. Democracia. Liberdade. Igualdade. Paulo Freire. Papa Francisco.

**RESUMEN:** Este texto describe la convergencia entre fraternidad y democracia, a partir de los aportes de Paulo Freire y el Papa Francisco. Busca trazar los caminos que consoliden una “democratización fundamental” (Freire) y una “fraternidad abierta” (Francisco). Teniendo en cuenta la libertad y la igualdad como fundamentos de la vida democrática, vemos a Freire apuntando un camino ético y un acto de amor para la humanización de todos y a Francisco proponiendo ir más allá de las fronteras, en una amistad social que nunca olvide a los pobres de la sociedad.

**Palabras clave:** Fraternidad. Democracia. Libertad. Igualdad. Paulo Freire. Papa Francisco.

## Introdução

O nosso intento é estudar a convergência entre fraternidade e democracia, tendo presente a liberdade e a igualdade como fundamentos para a vida democrática. Faremos, para isso, um percurso que passa por Paulo Freire quando fala da necessidade de uma postura democrática, enquanto caminho ético e ato de amor em prol da humanização. Pela luta de libertação e a valentia de amar, galga-se o patamar do que Freire chama de “democratização fundamental”, sem temer a liberdade, nem tergiversar em relação à solidariedade que não pode ser quebrada. Este percurso nos levará igualmente ao Papa Francisco, sobretudo na sua *Encíclica Fratelli Tutti*, que nos propõe ir além das fronteiras, vivendo uma fraternidade aberta, ao reconhecer, valorizar e amar todas as pessoas. Isso nos leva, segundo o Papa, a uma amizade social que, semeando a paz por toda parte, não esquece dos pobres, preocupa-se com os abandonados, acolhe os doentes, inclui os descartados, estende a mão aos últimos da sociedade e responde com um projeto de igualdade.

Iniciaremos lendo Paulo Freire para percorrer o caminho que nos leva ao processo de democratização fundamental. Suas obras são fartas em indicações preciosas na linha de uma reflexão crítica alicerçada na práxis, na grande aposta de mulheres e homens sujeitos da história. Prosseguimos com o aporte do Papa Francisco, este precedido pela contribuição do ensino social da Igreja. Em sua *Encíclica Fratelli Tutti*, o Papa aponta para uma fraternidade que seja fruto de uma sociedade aberta, que inclua a todos sem esquecer dos pobres, que valorize a política e percorra o caminho da democracia. Há uma convergência entre Freire e Francisco; isto nos leva a dedicar uma parte para pontuar vários aspectos complementares que nos levarão, sem perder a esperança, rumo a um futuro melhor. Sonho, esperança, fé e confiança rimam nestes aportes de Freire e Francisco e nos enchem de ousadia para construir um mundo que não tenha receio de colocar a mulher e o homem no centro, sem jamais esquecer dos últimos da sociedade, muitas vezes esquecidos.

<sup>1</sup> Pós-doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos/SP, com estágio na Escola de Altos Estudos de Paris. Doutor em Teologia pela Universidade de Ciências Humanas de Strasbourg, França. Foi docente no Instituto Teológico Franciscano de Petrópolis durante 17 anos, em que foi diretor por 6 anos; concomitantemente, por 11 anos, atuou na PUC-Rio, como professor, coordenador de graduação e diretor do Departamento de Teologia e docente no Programa de Pós-Graduação em Teologia; de 2014 a 2019, foi professor do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação, da Universidade São Francisco (USF), na qual atuou também na graduação desde 2013. Autor de dezenas de publicações, entre livros e artigos, sobre Ética, Moral, Educação e Teologia, sendo a área da Educação realizada preferencialmente em diálogo com Paulo Freire e Walter Benjamin. E-mail: nilo.agostini@gmail.com.

## 1 O necessário processo de democratização fundamental

Há uma convergência entre fraternidade e democracia, ambas fundamentais para o exercício da liberdade e da igualdade. Movidos por uma reflexão crítica, sabemos que a prática que nos move não é neutra, nem descompromissada ou apolítica. “Perseguir um certo fim, um sonho, uma utopia não permite neutralidade”, afirma Freire (2014a, p. 44). Sendo assim, não há como velar ou escamotear a verdade. A dimensão política faz parte de nossa inserção lúcida na sociedade. Para realizar este percurso, é indispensável trilhar o “caminho mais ético” que é o da “postura substantivamente democrática”; esta “implica opções, rupturas, decisões, estar com e pôr-se contra...” (FREIRE, 2014a, p. 44-45). Trata-se de perfazer uma “inserção crítica” no processo de “democratização fundamental”, como já enfatizava Freire em sua obra *Educação como prática da liberdade* (2014b, 113).

De maneira crítica e criticizadora, este processo democrático não foge da realidade na qual nos encontramos que é a de uma sociedade profundamente desigual; por isso, faz-se necessário captar os desafios de nosso tempo. Logo salta à consciência de que esta sociedade necessita de transformações profundas, sem as quais não se dará um desenvolvimento equitativo, sendo o caminho da democracia o que permite uma participação real de todas as classes num projeto de nação a ser por todos construído.

Trata-se, portanto, de perfazer o caminho pela via democrática, enquanto caminho ético e ato de amor em prol da humanização de todos. É um caminho desafiador, pois implica a ascensão do povo à participação política, fruto de sua tomada de consciência e da passagem de mero objeto a de sujeito, consciente de que “mudar é difícil, mas é possível” (FREIRE, 2014c, p.63). Isto implica lutar pela sua libertação.

A necessidade de lutar pela sua libertação leva mulheres e homens a combaterem o imobilismo e a lutarem pela modificação das estruturas que alimentam a situação que os oprime como ato de amor que, opondo-se à violência dos opressores, busca instaurar a solidariedade. Fruto de uma inserção crítica na realidade, que se faz ação imediata ou concomitante, quebra-se a convivência com o regime opressor e, pelo diálogo, alimenta-se a ação política que é, ao mesmo tempo, ação cultural pela liberdade de mulheres e homens; observe-se que esta libertação não é uma

doação, mas fruto da sua conscientização, numa luta por sua emancipação. (AGOSTINI, 2019, p. 63).

Somos fruto de uma história de desumanização que roubou a vocação histórica de mulheres e homens, atentando contra a sua humanidade, distorcendo a sua vocação para um ser menos, como se fosse um destino dado. Fruto da violência dos opressores, implantou-se uma ordem injusta, cuja generosidade sempre representou migalhas, permanecendo o quadro de injustiça que, segundo Freire (2014c, p. 42), “se nutre da morte, do desalento e da miséria”.

Para deter a “morte em vida”, ou seja, “a vida proibida de ser vida” (FREIRE, 2014c, p. 233), parte-se dos “condenados da terra e assume-se uma luta pela humanidade dos demitidos da vida, luta que é de libertação à medida que se instaura uma revolução ‘criadora de vida’” (AGOSTINI, 2019, p. 46). O percurso a ser realizado para que se instaure a via democrática inicia pela superação da aderência ao opressor, pois constata-se que o oprimido hospeda o opressor, chegando até a identificar-se com ele e a defendê-lo. Por causa desta consciência hospedeira da opressão, instaura-se a submissão, a acomodação e o ajustamento, geradores de um mutismo, numa terra em que o mandonismo provoca o ajustamento e a acomodação. Como viver a democracia num contexto desse?

O problema do ajustamento e da acomodação se vincula ao do mutismo a que já nos referimos, como uma das consequências imediatas de nossa in experiência democrática. Na verdade, no ajustamento, o homem não dialoga. Não participa. Pelo contrário, se acomoda a determinações que se superpõem a ele. As disposições mentais que criamos nestas circunstâncias foram assim disposições mentais rigidamente autoritárias. Acríticas. (FREIRE, 2014b, p. 100).

Somos fruto de uma herança colonial marcada pela in experiência democrática, uma constante perpetrada em nossa história, com traços que marcam a mulher e o homem brasileiros até os dias de hoje. Estes vêm carregados de fatalismo, num ajuste às estruturas econômicas embaladas hoje pelo neoliberalismo que garantem a “robustez do poder dos poderosos que a globalização intensificou ao mesmo tempo que debilitou a fraqueza dos frágeis” (FREIRE, 2014d, p. 65). É um quadro já descrito na segunda metade do século passado por Freire (2014b, p. 60) como uma tragédia do homem moderno, “dominado pela força dos mitos e comandado pela

publicidade organizada”, levando-o a renunciar à sua “capacidade de decidir”. “Afoga-se no anonimato nivelador da massificação, sem esperança e sem fé, domesticado e acomodado: já não é sujeito. Rebaixa-se a puro objeto. Coisifica-se” (FREIRE, 2014b, 60-61).

A luta pela humanização implica numa luta por libertação que não será obra dada, nem chegará pelo acaso, mas será fruto da práxis, será um ato de amor, opondo-se ao desamor e à violência dos que oprimem. Trata-se de conquistar a libertação que nos livre, segundo Freire (2014c, 233-234), da desumanização que produz uma “morte em vida”, de uma “vida proibida de ser vivida”, desta “guerra invisível”.

O primeiro passo de superação desta situação é a tomada de consciência crítica da alienação imposta aos oprimidos, fazendo-os aderir ao opressor, hospedeiros deste. No ajustamento ao qual estão submetidos, levados a se satisfazerem em seguir prescrições, os oprimidos começam a superar esta situação expulsando a sombra do opressor introjetada em suas consciências e passam a conquistar passo a passo sua autonomia e suas responsabilidades no concreto da história. Esta conquista é fundamental para o exercício da democracia, fruto do reconhecimento crítico das razões da situação opressora e da disposição de engajar-se em prol de uma ação transformadora.

Isso representa decifrar a engrenagem da estrutura dominadora, assumir ser livres diante dela, assumir os riscos e as ameaças de enfrentá-la, numa convivência autêntica com os demais oprimidos. Expulsando o opressor dentro de si, deixam de ser meros espectadores e assumem a sua capacidade de criar e recriar, num ser mais, enquanto seres de superação, seres de transcendência, capazes de realizar a tarefa própria no resgate da sua humanidade que reside no seu poder de transformar o mundo. (AGOSTINI, 2019, p. 50).

Trata-se de um parto, por vezes doloroso, capaz de gerar uma mulher e um homem novos, bem como criar um mundo liberto das garras dos opressores, despertando neles o poder criador, capazes de interferir na realidade e modificá-la. Dotados de criticidade, discernem, escolhem, rompem, transcendem como seres da história e da cultura, já não mais repetidores de prescrições alheias, meros acomodados e ajustados, mas fazedores da história, mulheres e homens da práxis que transformam o mundo.

Isto representa que um processo de conscientização está em curso focado na ação, como “exigência da

transformação da situação concreta que gera a opressão”, sendo esta uma “tarefa histórica” de mulheres e homens (FREIRE, 2014c, p. 50, 51). Estes emergem da domesticação para uma inserção crítica na realidade que se realiza pela práxis, ou seja, pela “reflexão e ação” que incidem sobre o mundo visando à sua transformação. Tomam posse da realidade, decifrando-a criticamente e gerando um compromisso histórico que é fruto de mulheres e homens que assumem seu papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo.

Neste nível de consciência, já não se capta a realidade de maneira nem ingênua, nem mágica, nem fatalista. Muito menos, as pessoas se deixam manietar por versões nem sectárias nem fanáticas. Há aqui uma série de perigos no caminho para uma democratização fundamental. Trata-se de um processo de conscientização enquanto “atitude crítica dos homens na história” que “não terminará jamais” (FREIRE, 2008, p. 46). Estamos diante de um percurso que não é obra fácil, pois a tentação de regressão é constante, dada a força de absorção dos mecanismos de opressão. Unindo consciência e mundo, no papel de sujeitos da história, mulheres e homens vão superando este quadro de possíveis recuos aos estágios ingênuo, mágico, fatalista, sectarista e fanático, mediante um processo de conscientização que se renova constantemente, portanto jamais acabado. “Por isso mesmo, a conscientização é o olhar mais crítico possível da realidade, que a *des-vela* para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante” (FREIRE, 2008, p. 33).

Em meio aos sectarismos e fanatismos de nossos dias, cabe identificar seu deslize acrítico dado o estágio emocional que cultivam. Estes costumam ser arrogantes, antialogais e anticomunicativos; manietam as consciências e teleguiam as pessoas com visões reacionárias, buscando impor uma única visão, sem a vigilância da reflexão, sem o poder do diálogo. Preferem os slogans, os mitos, as meias-verdades e atribuem ao que é meramente relativo um valor absoluto.

Os fanatismos primam por separar pessoas e grupos, embrutecendo-os; geram ódios; alimentam a irracionalidade porque dela já estão empanturrados; aprofundam as contradições na sociedade e comprometem a esperança. A consciência fanática costuma estar alimentada pelo mítico e, conseqüentemente, se ajusta a fórmulas, se adequa a prescrições, se deixa conduzir. Já não é direcionada pelo amor, perden-

do o seu poder criador, rebaixada que está à condição de objeto. (AGOSTINI, 2019, p. 62-63).

O processo de democratização fundamental, ao contrário, faz do diálogo uma “exigência existencial”, como afirma Freire (2014c, p. 109), para dedicar-lhe um lugar de destaque. Vejamos:

O diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é encontro no qual se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes. [...] Porque é encontro de homens que *pronunciam* o mundo, não deve ser doação do *pronunciar* de uns a outros. É um ato de criação... Conquista do mundo para a libertação dos homens.

O caminho ético-democrático realiza-se na luta pela libertação como ato de amor em prol da humanização. Esta postura apontada por Freire (2014c), pedagogo da esperança, alimenta-se da fé, numa comunhão com o povo, fundado na “crença nas massas populares” (p. 241) e apostando na “co-laboração”, expressão de “uma profunda capacidade de amar” (p. 232). Esta fé e confiança no povo se fundam na compreensão da história como possibilidade, na visão do ser humano como um ser inacabado, vocacionado para um mais, para a superação, para a transcendência. Sua fé nas mulheres e homens alia-se à fé na criação por estes de “um mundo em que seja menos difícil amar” (p. 253).

## 2 A construção de uma fraternidade aberta e os sinais de regressão

Toda a elaboração do pensamento de Paulo Freire se funda no fato de que “não há mundo sem homens”, de que “não há uns sem os outros, mas ambos em permanente integração” (FREIRE, 2014c, p. 51). O Papa Francisco, na Encíclica *Fratelli Tutti*, sobre a fraternidade e a amizade social, enfatiza que o “essencial” é “uma fraternidade aberta”, ao “reconhecer, valorizar e amar todas as pessoas” (n. 1). Pede que construamos uma “amizade social” para além das fronteiras, sem esquecer “dos pobres, abandonados, doentes, descar-

tados, dos últimos” (n. 2). Disto nasce o sonho de uma sociedade fraterna, na qual, incluídas as periferias, colhe-se a verdadeira paz, libertando-nos de “todo o desejo de domínio sobre os outros” (n. 4).

Para que o sonho de uma sociedade fraterna se realize, o próprio Catecismo da Igreja Católica lembra que “os cidadãos devem, na medida do possível, tomar parte ativa na vida pública” (n. 2239); valoriza a participação na comunidade política, pois esta representa a realização mais completa da comunidade humana que possui um bem comum (cf. n. 1910). A Igreja Católica, para isso, tem desenvolvido todo um ensino ou doutrina social para fazer face aos desafios socioeconômicos e políticos de diversa índole, buscando captar as dimensões éticas dos problemas humanos e aguçando, a partir da fé, o sentido moral de nosso agir.

Necessitamos redescobrir, em nossos dias, o grande aporte que esse ensino social da Igreja nos traz, capaz de iluminar as atividades sociais, políticas e econômicas dos cristãos, esclarecendo os compromissos políticos, discernindo as ideologias, capacitando para a análise de sistemas e situações, nos encorajando no caminho da democracia. Ele é parte integrante do seguimento de Jesus Cristo e, como tal, deve integrar tanto a educação católica, como a catequese, entre outras áreas, pois tem “o valor de um instrumento de evangelização” (JOÃO PAULO II, 1991, n. 53).

Mesmo que, na sua história, a Igreja tenha convivido com distintos modelos ou formas de governo, percebe-se, no entanto, “uma preferência progressiva pela democracia” (AGOSTINI, 2002, p. 221). Há, em favor dela, uma “aprovação e consentimento daqueles que aspiram a colaborar com maior eficácia nos destinos dos indivíduos e da sociedade” (PIO XII, 1944).

A Igreja encara com simpatia o sistema da democracia, enquanto assegura a participação dos cidadãos nas opções políticas e garante aos governados a possibilidade quer de escolher e controlar os próprios governantes quer de os substituir pacificamente, quando tal se torne oportuno. (JOÃO PAULO II, 1991, n. 46).

Cabe deixar claro que, “hoje, o ensino social da Igreja toma equidistância ante qualquer forma de Estado totalitário ou autoritário bem como neoliberal, para propor aquele que respeita e até promove uma experiência mais comunitária, num regime democrático que

venha a favorecer a participação de todos” (AGOSTINI, 2002, p. 223; cf. JOÃO PAULO II, 1987, n. 44).

Tendo por base a grande referência do amor de Deus, sabemos, com São João, que “Deus é amor e quem permanece no amor permanece em Deus” (1Jo 4,16). Deriva disso, que a grandeza do amor está em abraçar a todos. Consequentemente, este amor nos faz sonhar com uma “sociedade fraterna”, na qual, mais do que muralhas, precisamos construir pontes de fraternidade e amizade social, capazes de incluir as periferias. Lembremo-nos que Deus “criou todos os seres humanos iguais nos direitos, nos deveres e na dignidade, e os chamou a conviver entre si como irmãos”, como bem enfatiza Francisco (2020a, n. 5).

Diante das “formas atuais de eliminar ou ignorar os outros”, o Papa Francisco apresenta um “novo sonho de fraternidade e amizade social”, crucial para a democracia em nossos dias, construída tendo por base a fraternidade. Ele pede que isto não fique em meras palavras (2020a, n. 6). Sem desviar os olhos para os problemas reais, o Papa lembra-nos, na *Fratelli Tutti* (2020a), que, em meio à pandemia da Covid-19, mostramos “incapacidade de agir em conjunto”; vivemos “fragmentados” na solução dos problemas, apesar de “superconectados” por tecnologias avançadas (n. 7). E enfatiza Francisco (2020a): “Ninguém pode enfrentar a vida isoladamente [...]; precisamos duma comunidade que nos apoie, que nos auxilie e dentro da qual nos ajudemos mutuamente a olhar em frente. Como é importante sonhar juntos! [...]. Sonhemos como uma única humanidade, como caminhantes da mesma carne humana, como filhos desta mesma terra” (n. 8).

Se, por um lado, este é o sonho, por outro lado, estamos conscientes das sombras de um mundo fechado. Acompanhemos a reflexão de Francisco (2020a, n. 11).

A história dá sinais de regressão. Reacendem-se conflitos anacrônicos que se consideravam superados, ressurgem nacionalismos fechados, exacerbados, ressentidos e agressivos. Em vários países, uma certa noção de unidade do povo e da nação, penetrada por diferentes ideologias, cria novas formas de egoísmo e de perda do sentido social mascaradas por uma suposta defesa dos interesses nacionais.

Os conflitos locais e o desinteresse pelo bem comum são instrumentalizados pela economia global para impor um modelo cultural único. Esta cultura unifica o mundo, mas divide as pessoas e as nações, porque “a sociedade cada vez mais globalizada torna-

-nos vizinhos, mas não nos faz irmãos” (FRANCISCO, 2020a, n. 12).

Encontramo-nos mais sozinhos do que nunca neste mundo massificado, que privilegia os interesses individuais e debilita a dimensão comunitária da existência. Em contrapartida, aumentam os mercados, onde as pessoas desempenham funções de consumidores ou de espectadores. O avanço deste globalismo favorece normalmente a identidade dos mais fortes que se protegem a si mesmos, mas procura dissolver as identidades das regiões mais frágeis e pobres, tornando-as mais vulneráveis e dependentes. Desta forma, a política torna-se cada vez mais frágil perante os poderes econômicos transnacionais que aplicam o lema “divide e reinarás”. (FRANCISCO, 2020a, n. 12).

Reconhecemos com o Papa Francisco (2020a) que há “uma perda do sentido da história que desagrega ainda mais” e que se espalham “ideologias de variadas cores, que destroem (ou desconstroem) tudo o que for diferente, podendo assim reinar sem oposições” (n. 13). Verificam-se “novas formas de colonização cultural”. Vemos povos “sem alma”, sem “fisionomia espiritual”, sem “consistência moral”. Vivem por imitação, sem rosto próprio. E “desfigurados”, esvaziam-se, tornando-se presa fácil da manipulação... (n. 14). Semeiam-se o desânimo e a desconfiança. Uma população exasperada é mais fácil de controlar e dominar, numa “prepotência do mais forte”, chegando à “destruição” do outro ou de quem pensa diferente (n. 15). Cuidar das pessoas passa a não ser uma prioridade. Chega-se ao descarte de pobres, de deficientes, de nascituros, de idosos, assim como se descartam alimentos e bens supérfluos (cf. n. 19). “Há regras econômicas que foram eficazes para o crescimento, mas não de igual modo para o desenvolvimento humano integral... Aumentou a riqueza, mas sem equidade, e assim ‘nascem novas pobreza’” (n. 21).

Constatamos que os tão propalados direitos humanos não são suficientemente universais. A igual dignidade de todos os seres humanos, enfatiza Francisco (2020a), deve ser “protegida e promovida em todas as circunstâncias” (n. 22).

Persistem hoje no mundo inúmeras formas de injustiça, alimentadas por visões antropológicas reducionistas e por um modelo econômico fundado no lucro, que não hesita em explorar, descartar e até matar o homem. Enquanto uma parte da humanidade vive

na opulência, outra parte vê a própria dignidade não reconhecida, desprezada ou espezinhada e os seus direitos fundamentais ignorados ou violados. (FRANCISCO, 2020a, n. 22).

Francisco (2020a) dedica uma atenção às mulheres “que padecem situações de exclusão, maus-tratos e violência” (n. 23), às pessoas escravizadas que são “privadas da liberdade, mercantilizadas, reduzidas a propriedade de alguém” (n. 24), ao “tráfico de pessoas” por “organizações criminosas que usam redes globais” (n. 24). Observa igualmente o Papa que presenciamos guerras, atentados e perseguições por motivos raciais, religiosos e por interesses econômicos, situações estas que nos colocam como se estivéssemos numa “terceira guerra mundial por pedaços” (cf. n. 25). Isto significa que a pretendida paz e segurança de nossos dias é uma falsa segurança, pois é sustentada pelo medo e desconfiança (n. 26). Cada um quer garantir o “seu” mundo, deixando os outros para trás (n. 27), reinando um “falso espírito comunitário”, baseado na “dependência e subordinação” (n. 28). Deteriora-se a ética, enfraquecem os valores espirituais e o sentido de responsabilidade. Espalham-se a frustração, a solidão e o desespero. Parece que melhor mesmo é ter armas. Ficamos míopes e já não enxergamos com clareza a realidade, sequer vemos as milhões de crianças que morrem de fome e os esqueletos humanos da fome que atingem a multidões de outras pessoas (n. 29). É como se não pertencêssemos à mesma humanidade, se não estivéssemos todos no mesmo barco. Vivemos isolados e fechados em nós mesmos (n. 30), buscando o próprio bem-estar (n. 31).

Muito atento ao que vivemos em meio à pandemia da Covid-19, Francisco (2020a) observa que ela nos tem mostrado um “mal que prejudica a todos”, que “ninguém se salva sozinho, que só é possível salvar-nos juntos” (n. 32). “Ficou a descoberto, uma vez mais, esta (abençoada) pertença comum a que não nos podemos subtrair: a pertença como irmãos”, lembra-nos ele (n. 32). Só que a pandemia nos mostrou igualmente que não basta “a liberdade de mercado para garantir tudo” (n. 33), comandada pelo lucro e a concentração de renda. A pandemia nos obrigou a pensar em todos os seres humanos, resgatando o senso de fraternidade; nos obrigou a pensar nos “nossos limites” e a “repensar os nossos estilos de vida, as nossas relações, a organização das nossas sociedades e sobretudo o

sentido da nossa existência” (n. 33). “Tudo está interligado” (n. 34). Somos um “nós”. Que “a humanidade renasça”, clama o Papa (n. 35). Recuperemos a paixão, o sentido de pertença, a solidariedade. Esta é a grande lição desta pandemia.

O Papa Francisco (2020a) lembra dos migrantes, na maioria forçados a sair de seu país em busca de um futuro melhor, afligidos por guerras, perseguições e catástrofes naturais. Muitas vezes são presas fáceis de traficantes, cartéis de drogas, sendo explorados, abusados, mal acolhidos... (n. 37-39). Lembra aos países “o dever moral de tutelar os direitos dos seus cidadãos e o dever de garantir a assistência e o acolhimento dos imigrantes” (n. 40). E observa: “Uma pessoa ou um povo só são fecundos na abertura aos outros” (n. 41). Não caiamos em “atitudes fechadas e intolerantes”, acrescenta ele (n. 42), lembrando-nos que “a conexão digital não basta para lançar pontes, não é capaz de unir a humanidade” (n. 43). Alerta-nos que “há interesses econômicos gigantescos que operam no mundo digital” (n. 45) que nos querem controlar, manipular as consciências e até administrar a seu modo o processo democrático; tais interesses selecionam as informações que nem sempre correspondem à verdade, muito menos à sabedoria, pela sua parcialidade ou mentira (cf. n. 46, 47).

O grande convite para construir uma democracia, fruto da fraternidade, fundada na liberdade e a igualdade, que nos vem do Papa Francisco (2020a) e que é anseio da humanidade, requer outrossim que busquemos juntos “a verdade no diálogo” (n. 50). A sabedoria não é somatório de informações que, muitas vezes, vendem uma liberdade mais como ilusão individualista e como uniformização do mundo, obscurecendo os sentidos e nos afastando uns dos outros (cf. n. 50-54).

O Papa nos faz um convite à esperança. “Fala-nos duma sede, duma aspiração, dum anseio de plenitude, de vida bem-sucedida, de querer agarrar o que é grande, o que enche o coração e eleva o espírito para coisas grandes, como a verdade, a bondade e a beleza, a justiça e o amor” (FRANCISCO, 2020a, n. 55). Convida-nos a ousar, a “olhar para além das comodidades pessoais, das pequenas seguranças e compensações que reduzem o horizonte, para nos abirmos aos grandes ideais que tornam a vida mais bela e digna” (n. 55). “Caminheemos na esperança”, arremata o Papa Francisco (2020, n. 55).

### 3 Convergências entre Paulo Freire e Papa Francisco

A fé e a confiança no povo fazem brotar, para Freire, a esperança na educabilidade do ser humano, pois como ser inacabado mergulha na história entendida como possibilidade. Resulta disto, como já dissemos, que “mudar é difícil, mas é possível” (FREIRE, 2014c, p. 63). Cabe superar a consciência fatalista, fruto de uma ideologia que despolitiza a vida e insufla nas consciências a visão de que os fatos seriam pura fatalidade, levando à acomodação e a imobilização da capacidade de agir, como se fôssemos seres determinados. Neste caso, bastariam treinamentos, desenvolvimento de competências e habilidades para atender o mercado.

Freire (2014d) pontua: “Enquanto presença na História e no mundo, esperançosamente luto pelo sonho, pela utopia, pela esperança, na perspectiva de uma Pedagogia crítica”, sendo que “esta não é uma luta vã” (p. 134). Importa “reinventar o mundo e não apenas repeti-lo ou reproduzi-lo” (p. 140), o que implica: “Luta contra o desrespeito à coisa pública, contra a mentira, contra a falta de escrúpulo. E tudo isso, com momentos, apenas, de desencanto, mas sem jamais perder a esperança. Não importa em que sociedade estejamos e a que sociedade pertencamos, urge lutar com esperança e denodo” (p. 155).

O Papa Francisco (2020b), por sua vez, sublinha que é hora de sonharmos juntos perfazendo o caminho de um futuro melhor, proposição esta que ele fez ecoar em meio à pandemia (cf. DICASTÉRIO PARA A COMUNICAÇÃO, 2021). Para ele, é tempo de ver, é tempo de escolher, é tempo de agir. Enfatiza a importância de ver, de se concentrar nas situações reais, vendo rostos concretos e, não raro, ansiosos de vida e de amor. Cabe captar a esperança estampada na história de cada nação e sermos portadores desta mesma esperança. “Devemos ir às periferias das cidades, se queremos ver o mundo como ele é” (p. 17). É tempo de escolher, fruto do discernimento em meio à provação, sabendo distinguir os caminhos do bem, capazes de nos conduzir ao futuro. É tempo de “agir como um só povo”, afirma Francisco (2020b, p. 113), abandonando “o isolamento autodestrutivo do individualismo” e “sair da nossa ‘lagoazinha pessoal’ e nos lançarmos no largo rio de uma realidade e um destino de que somos parte e que, no entanto, estão além de nós” (p. 113).

Diante dos desafios que se apresentam em nossos dias, podemos reagir “entrincheirados em nosso pequeno mundo”, como explica Francisco, ou assu-

mindando “uma grande reflexão crítica e um empenho de relançar a identidade em termos propositivos e novos” (Apud SCUOLA DI ALTA FORMAZIONE EDUCARE ALL’INCONTRO E ALLA SOLIDARIETÀ, 2014, p. 7). Como já afirmara João Paulo II (1996), cabe “elaborar novas respostas para os problemas novos do mundo atual [...], mesmo às questões mais difíceis”, conscientes de que “o Espírito sabe dar as respostas apropriadas” (JOÃO PAULO II, 1996, n. 73). Com nossa presença, importa “fecundar toda a vida social”, sublinha Francisco (2020a, n. 276), destacando que “a Igreja ‘tem um papel público que não se esgota nas suas atividades de assistência ou de educação’, mas busca a ‘promoção do homem e da fraternidade universal’” (n. 276). Para isso, nos convoca o Papa a evitar o desprezo dos vulneráveis (n. 155), a sociedade dividida (n. 156) e o enfraquecimento da democracia, para sonharmos juntos um projeto comum, compartilhado, com objetivos comuns (n. 157).

Sendo o diálogo uma “exigência existencial” (FREIRE 2014c, p. 109), ele é encontro de sujeitos que transformam o mundo, o humanizam, ao pronunciá-lo como ato de criação, qual conquista, fruto da “ação libertadora, que é histórica” (p. 131). Este diálogo tece e sustenta a fraternidade; ele somente existe se houver “um profundo amor ao mundo e aos homens”, pois “se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo” (FREIRE, 2014c, p. 110, 111). Podemos aqui citar Francisco (2020a) quando fala de “amor social” (n. 183) e de “caridade política” (n. 182); ele valoriza a política em sua grandeza, incluindo sempre o bem comum que se traduz numa “amizade social que integre a todos”, sendo assim um “exercício alto da caridade”, revalorizando a política como uma vocação e vivência da caridade que é amor (n. 180).

A democracia requer a fraternidade, fundada na liberdade e na igualdade. Para isso, necessitamos cultivar um “modo de viver” que seja a amálgama de uma “cultura do encontro”; isto significa que nos sentimos atraídos “como povo”, enfatiza o Papa Francisco (2020a), a “querer encontrar-nos, procurar pontos de contato, lançar pontes, projetar algo que envolva a todos” (n. 216). “A vida é a arte do encontro”, afirma o Papa. “É um estilo de vida que tende a formar aquele poliedro que tem muitas faces, muitos lados, mas todos compõem uma unidade rica de matizes, porque ‘o todo é superior à parte’”, explica Francisco (n. 215). Para ele, “ninguém é inútil, ninguém é supérfluo. Isto implica incluir as periferias” (n. 215).

Freire (2014c, p. 226-253) aposta no diálogo que vai tecendo laços de “co-laboração”, de união, na organização do povo, a serviço de uma nova síntese cultural. Colaboração entre sujeitos que transformam o mundo, num compromisso com a liberdade, enquanto desvelam e problematizam o mundo, desmistificando-o. O resultado é a união pois “a libertação é uma tarefa comum” (p. 240), buscando a organização do povo, das massas, não mais sob o controle da dominação. Vai sendo gestada, assim, uma nova síntese cultural que supera as contradições dos antagonismos de uns contra os outros, próprias de uma cultura alienada e alienante, para emergir como sujeitos no processo histórico, como atores críticos da realidade (p. 249). Vale repetir que “não há mundo sem homens” e mulheres, “não há uns sem os outros, mas ambos em permanente integração” (p. 51).

O Papa Francisco (2020a) leva-nos a cultivar um coração aberto ao mundo inteiro. “Como seres humanos, somos irmãos e irmãs” (n. 128), afirma enfaticamente ele. Esta afirmação, segundo o Papa, deve tornar-se uma “verdade encarnada e concreta” (n. 128). Consequentemente, os verbos a serem vivenciados são estes: “acolher, proteger, promover e integrar” (n. 129), sempre “abertos às diferenças... em nome da fraternidade humana” (129). Precisamos de um mundo interconectado pela solidariedade, para um desenvolvimento que inclua também as nações mais pobres. Mais do que o utilitarismo, cabe nos mover pela gratuidade e acolhida fraternas, para além dos nacionalismos fechados (cf. n. 139-140). O olhar que Francisco (2020a) fomenta é global, deixando para trás todo confinamento, para sermos “fermento” e “enriquecer, colocar em marcha mecanismos de subsidiariedade”, porque alimentados pela “fraternidade universal e a amizade social” (n. 142). Afinal, cada um oferece de sua riqueza, em diálogo aberto, numa contribuição para o bem de todos.

Como já percebemos, tudo isso só pode ser fruto de sujeitos dialógicos que, fundados no amor, alimentam, segundo Freire (2014c), a confiança, numa “comunhão com o povo”, numa “práxis com o povo” (p. 175), convertendo-se isto “em parte constitutiva de nosso ser” (p. 231), fazendo-se carne (p. 232). Fé, amor, esperança alimentam este processo pois se coligam, em Freire (2014c), como constitutivos da prática, sendo a “forma de ação especificamente humana” (p. 129). Encontramos aqui as bases que alimentam um processo que não teme a liberdade, não tergiversa em relação à solidariedade (p. 174), luta para recuperar a huma-

nidade roubada (p. 118), buscando “a transformação permanente da realidade” (p. 115), sendo práxis no doloroso parto de libertação enquanto ela remete para a “reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (p. 52), práxis esta resultado da conscientização.

Estamos, assim, perfazendo o verdadeiro caminho para a paz social. Para este itinerário, estejamos atentos à palavra de Francisco (2020a): “O que conta é gerar processos de encontro, processos que possam construir um povo capaz de recolher as diferenças. Armemos os nossos filhos com as armas do diálogo! Ensinemos-lhes a boa batalha do encontro!” (n. 217). Disto nasce um “pacto social” (n. 218), no qual o sonho de “liberdade, igualdade e fraternidade” não é mera formalidade (n. 219), mas fruto de um verdadeiro diálogo que permeia a cultura como modo próprio de ser, sempre salvaguardando o “bem comum”, também quando for necessário ceder algo em nosso estilo de vida (n. 221).

Somos incentivados por Francisco (2020a) a “criar aquele poliedro bom onde todos encontram um lugar”, num “intercâmbio de dons a favor do bem comum” (n. 190), sem cair na intolerância, no fanatismo, em lógicas fechadas, dividindo o povo (n. 191). Cabe-nos difundir a tolerância, a convivência e a paz (n. 192), sem alimentar o ódio e nem o medo. É preciso, também na política, amar com ternura, num movimento que brote do coração que nos contagie e nos mova por inteiro em favor do próximo (n. 194). Isto alimentará a “esperança” que, colocada a serviço do bem, fará a boa política, criando laços de confiança, respeitando o direito de todos e alimentando o diálogo entre iguais (n. 195-196).

### À guisa de conclusão

Diante da humanidade roubada, diante da “morte em vida” e da “vida proibida de ser vida” (FREIRE, 2014c, p. 233), urge responder com um empenho real pela humanização de todos, especialmente dos que têm sua humanidade roubada. Cabe gerar processos de encontro, de participação, com as armas do diálogo, colhendo a riqueza oferecida na diversidade, para um “pacto social” alicerçado na “liberdade, igualdade e fraternidade” (FRANCISCO, 2020a, n. 218). Identifiquem-se os problemas, encarem-se as dificuldades e busquem-se resolvê-las, num trabalho conjunto, como nos sugere o Papa (cf. n. 228). A verdadeira paz é fruto da justiça tecida através do “diálogo, buscando a recon-



ciação e o desenvolvimento mútuo” (FRANCISCO, 2020a, n. 229).

A política melhor passa pela democracia para evitar toda forma de mutismo, de mera conformação, de ajustamento e de domesticação. É hora de uma inserção social lúcida, de uma prática consciente, de uma ação política fundada na ética e de pessoas emancipadas e participativas. Digamos não ao “enfraquecimento da democracia” (FRANCISCO, 2020a, n. 157); busquemos uma “postura substantivamente democrática”, numa “vigilância permanente no sentido da coerência entre o discurso e a prática” (FREIRE, 2014a, p. 45). Sejamos “críticos e amorosos”, contra os que “pretendem impor o silêncio”; busquemos cultivar “formas autênticas e humanas de vida” (FREIRE, 2014c, p. 69, 112).

Cabe fomentar, segundo Francisco (2020a), um “cultivo consciente e pedagógico da fraternidade”, não apenas de “sócios”, o que ainda criaria mundos fechados, mas, num apego ao bem, busque-se o bem da humanidade inteira, sem exclusões, com “coisas belas, sublimes, edificantes” (n. 112), sendo “responsáveis pela fragilidade dos outros na procura dum destino comum” (n. 115). Desde a família, enfatiza o Papa, cultivem-se “os valores do amor e da fraternidade, da convivência e da partilha, da atenção e do cuidado pelo outro”, o que deve ser enfatizado igualmente pelos “educadores e formadores” (n. 114). A isto, acrescente-se o serviço e a solidariedade, cuidando das fragilidades. “Servir significa cuidar dos frágeis das nossas famílias, da nossa sociedade, do nosso povo” (n. 115).

Freire e Francisco são profetas destemidos que olham para o amanhã com os pés no chão. Pensam a vida desde os condenados da terra ou esfarrapados do mundo, desde os abandonados e excluídos. São profetas “fundados no que vivem, no que veem, no que escutam, no que percebem, no que integram” (cf. FREIRE, 2014d, p. 136). Denunciam as transgressões à vida encravadas na realidade e nas estruturas que a mantêm e, ao mesmo tempo, anunciam as possibilidades de um mundo melhor, assumidas como tarefa histórica, unindo ação e reflexão em vista das necessárias transformações.

O Papa Francisco (2020a) fala-nos “duma sede, duma aspiração, dum anseio de plenitude, de vida bem-sucedida, de querer agarrar o que é grande, o que enche o coração e eleva o espírito para coisas grandes, como a verdade, a bondade e a beleza, a justiça e o amor” (n. 55). Paulo Freire (2014d) apresenta-nos a história como possibilidade, num “estar no mundo...

com os outros, agindo, falando, pensando, refletindo, meditando, buscando” (p. 145), reconhecendo “a importância da consciência no processo de conhecer, de intervir no mundo” (p. 146), educando para a democracia enquanto nos tornamos capazes “de observar, de conhecer, de comparar, de avaliar, de decidir, de romper, de ser responsáveis” (p. 146).

Toda ação libertadora requer “uma profunda capacidade de amar” (FREIRE, 2014c, p. 232). A política só é nobre e não mera aparência se respondermos às seguintes perguntas: “Quanto amor coloquei no meu trabalho? Em que fiz progredir o povo? Que marcas deixei na vida da sociedade? Que laços reais construí? Que forças positivas desencadeei? Quanta paz social semeei? Que produzi no lugar que me foi confiado?” (FRANCISCO, 2020a, n. 197). Talvez queiramos exclamar com São Francisco de Assis (1983): “É isso que eu quero, isso que procuro, é isso que eu desejo fazer de todo o coração” (1Celano, n. 22). Porém, o Santo de Assis, em seu leito de morte, igualmente exclamou: “Começemos, irmãos, pois até agora pouco ou nada fizemos” (SÃO FRANCISCO DE ASSIS, 1983, 1Celano, n. 103).

## REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Nilo. **Ética cristã e desafio atuais**. Petrópolis: Vozes, 2002.

AGOSTINI, Nilo. **Os desafios da educação a partir de Paulo Freire e Walter Benjamin**. Petrópolis: Vozes, 2019.

**CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA**. Petrópolis, São Paulo: Vozes, Paulinas, Paulus, Loyola, Ave Maria, 1993.

DICASTÉRIO PARA A COMUNICAÇÃO. Papa Francisco. **Por que sois tão medrosos? Ainda não tendes fé?** Statio Orbis, 27 de março de 2020. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2021. Editado e distribuído no Brasil por CNBB, Fons Sapientiae, Paulinas, Paulus.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Centauro, 2008.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra, 2014a.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 36. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra, 2014b.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 57. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra, 2014c.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 57. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra, 2014c.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra, 2014d.

JOÃO PAULO II. **Carta encíclica Sollicitudo Rei Socialis**. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1987. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf\\_jp-ii\\_enc\\_30121987\\_sollicitudo-rei-socialis.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_30121987_sollicitudo-rei-socialis.html). Acesso em: 25 jul. 2022.

JOÃO PAULO II. **Carta encíclica Centesimus Annus**. Petrópolis: Vozes, 1991 (Documentos Pontifícios, 241).

JOÃO PAULO II. **Exortação apostólica Vita Consecrata**. Petrópolis: Vozes, 1996.

PAPA FRANCISCO. **Carta encíclica Fratelli Tutti, sobre a fraternidade e a amizade social**. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2020a. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco\\_20201003\\_enciclica-fratelli-tutti.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html). Acesso em: 25 jul. 2022.

PAPA FRANCISCO. **Vamos sonhar juntos**: o caminho para um futuro melhor. Trad. Austen Ivereigh, Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020b.

PIO XII. **Benignitas et humanitas**. Radiomensagem de Natal de 1944. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/pius-xii/it/speeches/1944/documents/hf\\_p-xii\\_spe\\_19441224\\_natale.html](https://www.vatican.va/content/pius-xii/it/speeches/1944/documents/hf_p-xii_spe_19441224_natale.html). Acesso em: 25 jul. 2022.

SÃO FRANCISCO DE ASSIS. **Escritos e biografias de São Francisco de Assis**. Crônicas e outros testemunhos do primeiro século franciscano. 3. ed. Petrópolis: Vozes, CEFEPAL, 1983.

SCUOLA DI ALTA FORMAZIONE EDUCARE ALL'INCONTRO E ALLA SOLIDARIETÀ (EIS – LUMSA). **Educare oggi e domani**: Una passione che si rinnova. Sfide, strategie e prospettive dalle risposte al questionario dell'Instrumentum laboris. Roma: Congregazione per l'Educazione Cattolica, 2014.